

MEDICALIZAÇÃO DA INFÂNCIA NO CONTEXTO EDUCACIONAL:

um Estado do Conhecimento (2019–2024)

MEDICALIZATION OF CHILDHOOD IN EDUCATIONAL CONTEXTS:

a State of Knowledge review (2019–2024)

Fernando Guimarães Oliveira da Silva ⁱ

Jéssica Fontoura Junqueira ⁱⁱ

RESUMO: O artigo analisa criticamente a produção científica brasileira sobre a medicalização da infância no contexto educacional, no período de 2019 a 2024. O objetivo consiste em identificar tendências, convergências e lacunas nas pesquisas acadêmicas. Desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica do tipo estado do conhecimento, com análise de dissertações e teses disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), orientada pela Análise de Conteúdo. Os resultados evidenciam a centralidade da formação docente, dos saberes psicológicos e das leituras individualizantes das dificuldades escolares. Concluiu-se que a medicalização opera como racionalidade institucional que sustenta processos de patologização da infância.

Palavras-chave: Medicalização da infância. Educação. Produção científica. Estado do Conhecimento.

ABSTRACT: The article critically analyzes Brazilian scientific production on the medicalization of childhood in the educational context between 2019 and 2024. The objective is to identify trends, convergences, and gaps in academic research on the subject. A bibliographic study of the state-of-knowledge type was conducted through the analysis of dissertations and theses available in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), guided by Content Analysis. The results highlight the centrality of teacher education, psychological knowledge, and individualizing interpretations of school

difficulties. It was concluded that medicalization operates as an institutional rationality that sustains processes of childhood pathologization.

Keywords: Medicalization of childhood. Education. Scientific production. State of Knowledge.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa constitui um recorte de um estudo mais amplo desenvolvido no âmbito de uma dissertação de mestrado, vinculada à linha de pesquisa Formação de professores(as) e políticas públicas do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas (UFMS/CPTL). O trabalho apresenta um levantamento bibliográfico sistemático com o objetivo de oferecer subsídios teóricos para a compreensão aprofundada da medicalização da infância no contexto educacional, bem como, de orientar decisões metodológicas da investigação, como a definição do referencial teórico e a elaboração dos instrumentos de coleta de dados. Além de sistematizar e quantificar a produção existente, a pesquisa bibliográfica possibilita acompanhar o avanço do conhecimento em uma área marcada pela ampliação contínua de estudos e publicações.

A medicalização da infância tem se consolidado como um dos temas centrais do debate educacional contemporâneo, sobretudo no que se refere às dificuldades de aprendizagem e aos comportamentos considerados desviantes no espaço escolar. Collares e Moysés (1996, p. 28) definem a medicalização como “o processo de transformar questões não médicas, eminentemente de origem social e política, em questões médicas”. Tal concepção expressa uma lógica determinista que simplifica a experiência humana ao privilegiar explicações centradas no indivíduo, desconsiderando a complexidade dos contextos sociais, institucionais e pedagógicos nos quais os processos educativos se desenvolvem.

Esse fenômeno, cada vez mais presente no cotidiano escolar, suscita preocupações quanto aos modos de identificação, interpretação e encaminhamento das crianças que apresentam dificuldades em seu percurso educativo. E com isso, há uma tendência à redução dessas dificuldades a diagnósticos clínicos, especificamente: Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)¹; Transtorno

¹ O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por níveis persistentes de desatenção, hiperatividade e impulsividade, que interferem no funcionamento ou desenvolvimento da criança. Os sintomas costumam se manifestar antes dos 12 anos de idade e podem variar de intensidade ao longo do tempo e dos contextos sociais (APA, 2014).

Opositivo Desafiador (TOD)² e distúrbios da aprendizagem como a Dislexia³ e Discalculia⁴. Tais situações são frequentemente tratadas por meio de intervenções medicamentosas, em detrimento de análises que considerem as dimensões sociais, pedagógicas, institucionais e afetivas implicadas no processo de escolarização. Nessa lógica, como assinalam Collares e Moysés (1996, p. 26), constrói-se a ideia de que “aparentemente, o processo ensino-aprendizagem iria muito bem, não fossem os problemas existentes nos que aprendem”.

Diante desse cenário, investigou-se a configuração da produção acadêmica brasileira sobre a medicalização da infância no contexto escolar, a partir de dissertações e teses dos programas de pós-graduação *stricto sensu* do país, disponíveis no portal da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). O levantamento considerou produções indexadas no período de 2019 a 2024, utilizando como descritores de busca os termos “medicalização”, “infância” e “educação”. Como critérios de inclusão, foram selecionados estudos que abordassem explicitamente a medicalização da infância no contexto educacional e que estivessem disponíveis na íntegra na base consultada. Foram excluídas produções que, embora utilizassem o termo medicalização, não se relacionavam ao campo da educação, bem como trabalhos repetidos, indisponíveis para acesso completo ou que não dialogavam com o objeto de análise proposto. A busca resultou na identificação de 34 pesquisas, sendo 23 dissertações de mestrado e 11 teses de doutorado.

A realização de levantamentos científicos sistemáticos sobre a medicalização da infância mostra-se fundamental para enfrentar os desafios impostos por uma sociedade marcada pela normalização e pela disciplinarização dos corpos, bem como para qualificar o debate educacional contemporâneo. As pesquisas acadêmicas nessa área contribuem para compreender os impactos dessas abordagens sobre os processos educativos e para sustentar práticas pedagógicas que não reduzam as experiências escolares à lógica do diagnóstico e da intervenção clínica.

As teses e dissertações identificadas foram organizadas e sistematizadas a partir de critérios como título, ano de publicação, autoria, instituição de ensino superior, nível de formação, palavras-chave, objetivos, fundamentação teórica, metodologia e principais resultados. Essas informações foram reunidas em um protocolo analítico, que subsidiou a interpretação do material e a identificação de tendências, convergências e lacunas na produção científica sobre a medicalização da infância no contexto educacional.

² O Transtorno Opositivo Desafiador (TOD), trata-se de um transtorno de comportamento diagnosticado, principalmente, na infância e na adolescência, caracterizado por um padrão persistente de comportamento desafiador, provocativo, desobediente e hostil em relação a figuras de autoridade (APA, 2014).

³ A dislexia é uma condição, de origem neurológica, que impacta principalmente a habilidade de ler com precisão e fluência, podendo também afetar a escrita e, em alguns casos, a compreensão leitora (APA, 2014).

⁴ A discalculia está classificada como um transtorno de aprendizagem com prejuízo na matemática, englobando dificuldades na compreensão de números, memorização de operações, raciocínio lógico e resolução de problemas quantitativos (APA, 2014).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O percurso metodológico, por meio do estado do conhecimento, o qual Morosini e Fernandes (2014, p. 102) se referem como a “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo”. Destarte, após a identificação do total de dissertações e teses, através dos descritores mencionados, procedemos à leitura dos resumos, com vista a constatarmos a pertinência com o objetivo proposto. Foram selecionados 06 dissertações e 02 teses que mais se aproximavam com o objetivo desta pesquisa e relevantes para a investigação, organizados em ordem alfabética pelo sobrenome dos(as) autores(as). Assim, adotaram-se os princípios da Análise de Conteúdo para o estudo dos achados da pesquisa, abordagem que, segundo Bardin (2004), possibilita a elaboração de descrições sistemáticas, tanto qualitativas quanto quantitativas, permitindo uma compreensão aprofundada das mensagens. Para isso, utilizou-se um quadro-mapa contendo informações como título, ano, autores, objetivos, problema, hipótese, metodologia, referencial teórico e conclusões. A organização da análise seguiu, portanto, algumas das etapas previstas pela referida autora.

1) A pré-análise inclui a seleção dos documentos, a construção das hipóteses e dos objetivos e a formulação de indicadores que fundamentarão a interpretação final; 2) A exploração do material constitui-se na codificação que é agrupar as informações extraídas do texto em unidades que irão caracterizar o conteúdo; e por último 3) O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, quando os resultados obtidos forem considerados significativos e válidos tratar-se-á de organizá-los (diagramas, quadros, tabelas, organogramas, etc.), a partir disso haverá condições para a inferência (dedução lógica) e posterior interpretação orientada pelos objetivos iniciais ou por descobertas inesperadas. Como resultado, poderemos inferir a predominância de pesquisas científicas em relação ao tema, verificando a predominância do assunto na atualidade (Bardin, 2004, p. 42).

Um fato que chamou a atenção foi a autoria das pesquisas serem todas do gênero feminino, aspecto que pode ser objeto de reflexão quanto à presença e protagonismo das mulheres na produção científica sobre a temática. Para fins de sistematização, os trabalhos selecionados foram organizados e enumerados de 1 a 8, conforme apresentado no Quadro 1, que reúne o corpus desta análise.

Quadro 1 – Teses e dissertações selecionadas para análise

Nº	Autor(a)	Título	IES	Nível	Ano
1.	Araújo, Juliana Carlos Guimarães de	Medicalização da educação: formação colaborativa com professores do ensino fundamental	UFRN	Dissertação Mestrado Profissional em Educação especial	2022
2.	Arditti, Roberta Gusmão	Constituição do saber-poder da psicologia brasileira e a medicalização da infância em contexto escolar	UFS	Dissertação Mestrado em Educação	2023
3.	Calado, Vânia Aparecida	A medicalização na Educação e a formação inicial do pedagogo	UFRN	Tese Doutorado em Psicologia	2019
4.	Duarte, Beatriz Pombo Spinasse	Crianças que não aprendem na escola: problematizando processos de medicalização e patologização das infâncias	UFES	Dissertação Mestrado Profissional em Educação	2020
5.	Fuck, Lara Beatriz	Medicalização da educação: relação entre saberes e práticas medicalizantes no ensino básico das escolas públicas municipais de Florianópolis	UFSC	Tese Doutorado em Educação	2022
6.	Morais, Brunesa Paulus de	Medicalização da infância: estudo sobre as pesquisas dos programas de pós-graduação em educação e psicologia no Brasil (2010-2020)	UNIOESTE	Dissertação Mestrado em Educação	2022
7.	Pessin, Luiza	A crítica à medicalização infantil: um recorte a partir de produções acadêmicas que privilegiam as narrativas infantis	UFRRJ	Dissertação Mestrado em Psicologia	2020
8.	Tavares, Cátia Batista	Os processos de medicalização da infância e o uso de psicotrópicos por crianças: uma revisão da literatura	UFRRJ	Dissertação Mestrado em Psicologia	2019

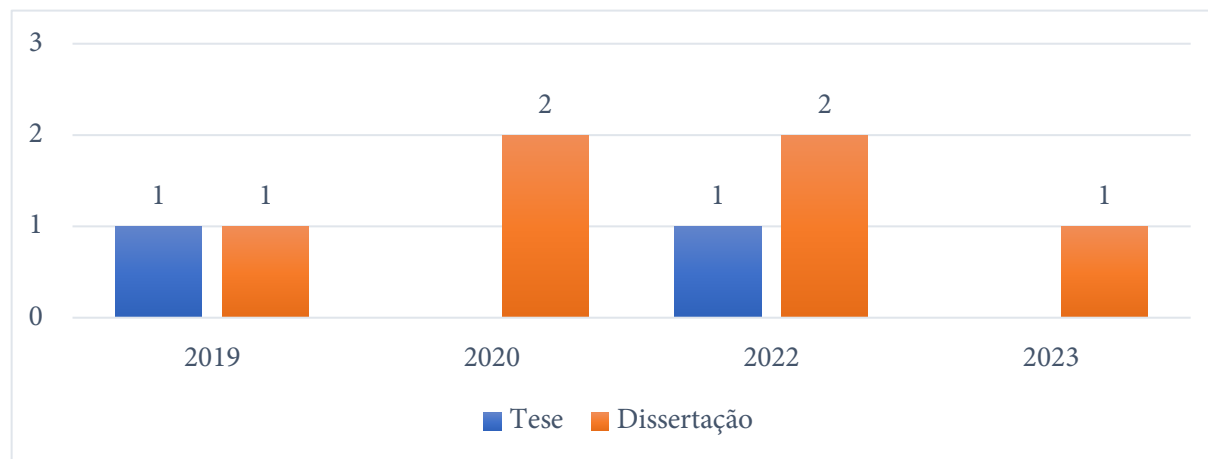
Fonte: Organização da autora (2024).

A partir dessa representação, observa-se que, no panorama das produções acadêmicas analisadas, as dissertações de mestrado prevalecem em número em relação às teses de doutorado. Dentre as IES que mais contribuíram com estudos voltados à temática desta pesquisa, destacam-se a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), com duas dissertações, e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com uma dissertação e uma tese. Esses dados indicam a concentração de estudos sobre medicalização da infância em algumas universidades públicas, o que pode sinalizar linhas de pesquisa consolidadas ou grupos de estudo dedicados à temática. Essa distribuição também se relaciona à maior presença de programas de pós-graduação nas regiões Sudeste e Nordeste, o que contribui para o fortalecimento da produção científica nessas localidades.

Em relação à regionalização das pesquisas, o Nordeste e o Sudeste possuem produção igual, sendo respectivamente 3 para cada região.

Com o intuito de melhor visualizar a distribuição temporal e os níveis das pesquisas analisadas, elaborou-se o gráfico a seguir:

Gráfico 01: Ano da publicação e Nível da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa da autora (2024).

O recorte temporal adotado para a pesquisa compreendeu os anos de 2019 a 2024. No entanto, constatou-se a ausência de publicações relacionadas à temática nos anos de 2021 e 2024, dentro dos critérios estabelecidos para a seleção. Essa lacuna pode ser atribuída a diferentes fatores: em 2021, o contexto da pandemia de COVID-19 possivelmente impactou a produção acadêmica, devido às limitações de acesso a instituições de ensino, bibliotecas e atividades de campo, bem como à reorganização das rotinas de pesquisa e ensino. Já em 2024, parte das pesquisas pode ainda não ter sido concluída, registrada ou disponibilizada nas bases de dados, o que contribui para a ausência de registros nesse ano dentro do período analisado.

3 PANORAMA E SISTEMATIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Após a definição das oito produções que compuseram o corpus da análise, foram examinadas as palavras-chave, os objetivos de pesquisa, os(as) autores(as) de referência e os principais resultados apresentados em cada estudo. De acordo com Gattaz (2019, p. 6), “as palavras-chave visam facilitar a recuperação eficiente do conteúdo de um texto para os leitores, além de serem ferramentas fundamentais para a indexação nas bases de dados, pois atuam como porta de acesso ao texto”.

Dessa forma, o Quadro 2 apresenta a sistematização das palavras-chave indicadas nas dissertações e teses selecionadas. Observa-se, como ponto comum entre todas as produções, a presença do termo medicalização, evidenciando a centralidade do fenômeno nos estudos analisados.

Quadro 2 – Descrição das palavras-chave

Nº	Palavras-chave
1.	Formação de professores; Medicalização da educação; Psicologia histórico-cultural.
2.	Psicologia; Medicalização; Infância; Genealogia.
3.	Medicalização na Educação; Psicologia histórico-cultural; Formação inicial; Pedagogia
4.	Medicalização; Patologização; Educação.
5.	Medicalização, Infância/Criança, Práticas Medicalizantes, Saberes Medicalizantes, Método Progressivo-Regressivo.
6.	Criança. Desenvolvimento. Educação. Medicalização. Psicologia.
7.	Medicalização. Infância. Patologização e Psicofármacos. Pesquisa com crianças.
8.	Medicalização infantil; Psicotrópicos; Crianças;

Fonte: Organização da autora (2024).

Com base nos dados analisados, infere-se que, além da Educação, a Psicologia ocupa lugar de destaque nas investigações sobre a medicalização da infância, estando presente em 50% das produções selecionadas. A leitura atenta das palavras-chave e dos objetivos das pesquisas permitiu identificar eixos temáticos recorrentes, os quais evidenciam aspectos centrais do debate sobre a medicalização da infância no contexto educacional.

O primeiro eixo refere-se à formação de professores(as) e às racionalidades que atravessam o trabalho docente, destacando a necessidade de uma formação inicial e continuada que promova uma postura crítica frente à lógica medicalizante. As pesquisas de Araújo (2022) e Calado (2019) indicam que a fragilidade dessa criticidade no percurso formativo docente contribui para a patologização de comportamentos infantis que se distanciam das normas escolares instituídas, favorecendo práticas de encaminhamento médico e a centralidade do diagnóstico clínico como resposta às dificuldades escolares, em detrimento de alternativas pedagógicas mais inclusivas e sensíveis à diversidade dos(as) estudantes.

O segundo eixo diz respeito à medicalização da educação e da infância no cotidiano escolar, compreendida como um processo que extrapola o campo médico e se materializa nas práticas pedagógicas e institucionais da escola. Estudos como os de Araújo (2022), Duarte (2020) e Fuck (2022) evidenciam que a escola, em muitos contextos, atua como instância legitimadora dessa lógica ao recorrer a laudos, diagnósticos e classificações clínicas, deslocando o foco das práticas de ensino e das condições pedagógicas para explicações individualizantes sobre os(as) estudantes e suas aprendizagens.

O terceiro eixo articula as concepções de infância e os saberes psicológicos que sustentam processos de normalização, tensionando o modelo biomédico de desenvolvimento humano. Ancoradas, em grande parte, na perspectiva histórico-cultural, as produções analisadas compreendem o desenvolvimento como processo social, cultural e historicamente mediado, reconhecendo a infância

como construção histórica e simbólica. Nesse sentido, Arditti (2023) evidencia como a Psicologia contribuiu historicamente para a produção de discursos de normalidade e desvio, enquanto Moraes (2022) aponta a persistência de abordagens individualizantes que deslocam a atenção das condições sociais e pedagógicas para supostas deficiências do sujeito.

O quarto eixo compreende a medicalização como dispositivo de controle e regulação dos corpos e das subjetividades infantis, articulando o uso de diagnósticos e psicofármacos como estratégias institucionais de gestão da infância. Conforme discutem Foucault (1979) e Illich (1975), a medicalização opera tanto no plano discursivo quanto no institucional, produzindo efeitos de normalização. Nessa direção, Tavares (2019) e Pessin (2020) alertam para os riscos da medicalização precoce e para os impactos subjetivos do uso de psicotrópicos, que podem funcionar como mecanismos de silenciamento do sofrimento infantil e de redução de experiências complexas a respostas medicamentosas.

A articulação desses quatro eixos evidencia a complexidade do fenômeno da medicalização da infância e sua inserção em múltiplas dimensões do campo educacional, envolvendo a formação docente, as práticas escolares, os saberes psicológicos e as estratégias de controle institucional. Tal compreensão fortalece os referenciais analíticos da presente pesquisa, pois se alinha aos objetivos propostos e ao marco teórico adotado, permitindo avançar para a análise dos objetivos gerais das pesquisas investigadas, os quais revelam as intenções teórico-investigativas que sustentam cada produção acadêmica.

4 EIXOS TEMÁTICOS DAS PRODUÇÕES ANALISADAS

O movimento analítico da pesquisa permitiu aprofundar a leitura das produções selecionadas para além dos resumos, abrangendo a análise integral das dissertações e teses, com o intuito de apreender não apenas seus objetivos declarados, mas também as nuances metodológicas, teóricas e discursivas que sustentam cada investigação. Essa leitura completa foi essencial para identificar convergências, tensões e singularidades entre os estudos, possibilitando uma interpretação mais consistente dos achados e fortalecendo a construção das categorias temáticas.

Nesse processo, a leitura integral das produções permitiu compreender como cada pesquisadora delineou seu objeto de estudo, seus propósitos e as perspectivas teóricas que orientaram a formulação do problema de pesquisa. Conforme Ciribelli (2003, p. 61), o objetivo geral de uma pesquisa “mostra o caminho do pensamento como uma ação a ser alcançada e lhe concede uma visão global e abrangente do tema, relacionando-o com conteúdo intrínsecos, fenômenos e eventos das ideias estudadas”. Esse movimento de leitura aprofundada favoreceu a sistematização dos objetivos gerais de cada trabalho.

Para fins de organização e clareza expositiva, as produções foram identificadas por números correspondentes à ordem apresentada nos quadros anteriores, o que permite acompanhar o percurso de análise de forma articulada entre os diferentes níveis de sistematização (palavras-chave, objetivos

e categorias temáticas). Assim, cada número remete à respectiva dissertação ou tese analisada, cuja identificação completa encontra-se descrita no Quadro 1.

O quadro 3, apresentado a seguir, buscou-se evidenciar qual foi a visão global a ser investigada por cada pesquisador(a).

Quadro 3 – Objetivos Gerais das pesquisas

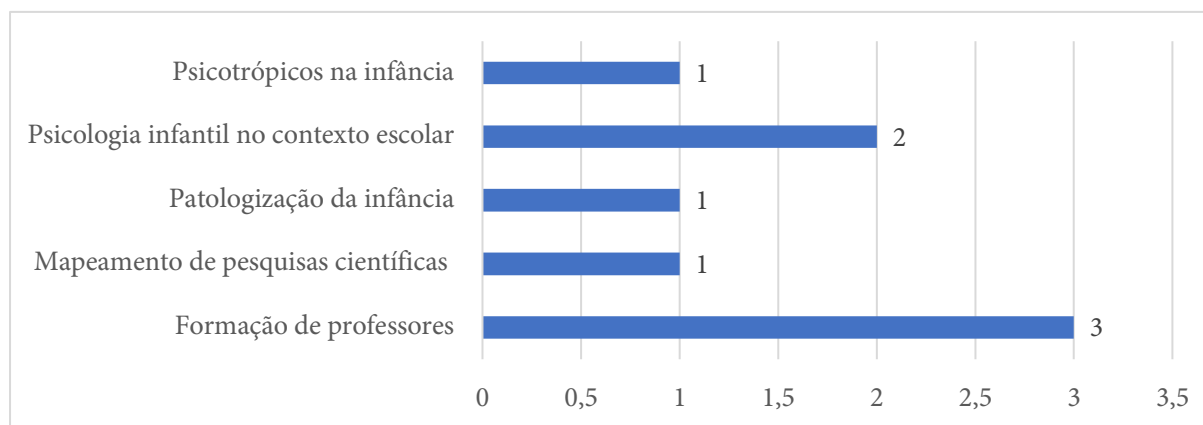
N	Objetivo Geral
1.	Analisar as mudanças de compreensão sobre o fenômeno da medicalização da educação com professores que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, da rede pública estadual de ensino do RN
2.	Construir pistas para uma genealogia do período pré-institucional da Psicologia brasileira articulando com a produção da medicalização da infância em contexto escolar.
3.	Analisar mediações pedagógicas no processo de aprendizagem do conceito de medicalização na Educação com estudantes de Pedagogia.
4.	Problematizar como os processos de medicalização da educação diante da patologização das infâncias e da diferença são vivenciados no cotidiano da escola.
5.	Analisar e discutir as variáveis que favorecem (ou não) as práticas medicalizantes no espaço escolar.
6.	Compreender as discussões sobre o processo de medicalização da infância no âmbito das Pós-Graduações brasileiras em Educação e Psicologia, nível de mestrado.
7.	Analisar as demandas contemporâneas endereçadas à clínica psicológica infantil e sua relação com a cultura de medicalização da vida.
8.	Analisar os processos de medicalização infantil e mapear os debates sobre o uso de psicotrópicos entre crianças na literatura brasileira.

Fonte: Dados da pesquisa da autora (2024).

A análise das pesquisas selecionadas revelou que todos os objetivos gerais começam com verbos no infinitivo, como “analisar”, “construir”, “problematizar” e “compreender”. Dentre eles, o verbo “analisar” foi o mais frequente, presente em cinco dos oito estudos examinados.

A partir da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2004), os objetivos gerais foram examinados e organizados em categorias, apresentadas no Gráfico 2, que permite visualizar as convergências e singularidades entre as pesquisas, bem como os focos analíticos mais recorrentes no conjunto das produções.

Gráfico 02: Categorias dos objetivos



Fonte: Dados da pesquisa da autora (2024).

Observa-se a predominância da categoria “Formação de professores(as)”, presente em três estudos, indicando a centralidade da formação docente no enfrentamento crítico da medicalização da infância. Em seguida, destaca-se “Psicologia infantil no contexto escolar”, com duas produções. Já as categorias “Patologização da infância”, “Mapeamento de pesquisas científicas” e “Psicotrópicos na infância” aparecem com uma pesquisa cada, revelando a diversidade e a complexidade do fenômeno investigado.

A seguir, são apresentados os principais resultados das pesquisas.

4.1 Formação de Professores(as)

A pesquisa de Araújo (2022) analisou as transformações na compreensão da medicalização da educação entre docentes dos anos iniciais do ensino fundamental na rede pública estadual do Rio Grande do Norte (RN). Com a participação de 26 profissionais, entre professores(as), coordenadores(as) pedagógicos e gestores(as), o estudo focou uma proposta de formação continuada colaborativa. Os resultados indicaram um avanço na conscientização crítica dos(as) docentes, que passaram a identificar práticas medicalizantes no cotidiano escolar e a refletir sobre suas implicações pedagógicas e sociais, promovendo debates mais conscientes junto à comunidade escolar.

De modo semelhante, Calado (2019) investigou a formação inicial de estudantes de Pedagogia, revelando que a inserção do tema da medicalização nas práticas formativas contribui para fortalecer uma postura crítica e reflexiva frente ao fenômeno, ampliando o entendimento dos futuros educadores sobre a importância de problematizar essa questão.

Fuck (2022), por sua vez, examinou práticas medicalizantes direcionadas a crianças rotuladas como “fracassadas” escolares em duas escolas municipais de Florianópolis/SC. A autora identificou que tais práticas reforçam a estigmatização e dificultam intervenções pedagógicas efetivas, sugerindo a necessidade de desconstruir esses processos para promover um ambiente escolar menos patologizador.

4.2 Psicologia Infantil no Contexto Escolar

Arditti (2023) realizou uma análise teórica que explorou os fatores históricos e sociais responsáveis pela consolidação da Psicologia como ciência e sua influência no processo de medicalização da infância. A autora destacou que os discursos normativos reforçam a naturalização da infância medicada e enfatizou a urgência de desconstruir essas narrativas para construir saberes alternativos que valorizem a diversidade e a complexidade da infância.

Na mesma direção crítica, Morais (2022) analisa como os cursos de pós-graduação em Educação e Psicologia têm abordado o tema da medicalização da infância. A partir de uma revisão bibliográfica criteriosa, a autora identifica lacunas importantes na formação de pesquisadores(as) e profissionais da área, especialmente no que diz respeito à articulação entre teoria crítica e práticas pedagógicas cotidianas. Seu estudo revela que, embora o debate sobre medicalização esteja presente em algumas produções acadêmicas, ainda há uma distância significativa entre a reflexão teórica e o enfrentamento das práticas que, no cotidiano escolar, reforçam diagnósticos, rótulos e tratamentos centrados no indivíduo. Para Morais, superar essa lacuna exige uma formação que possibilite aos profissionais compreender a medicalização como fenômeno social e institucional, e não apenas como consequência de comportamentos infantis.

Complementando essas contribuições, Pessin (2020) amplia o debate ao evidenciar como a patologização de dificuldades escolares, com base em explicações neurobiológicas, reproduz uma visão adultocêntrica que reduz a complexidade da infância a categorias diagnósticas. Em sua reflexão, a autora mostra que tais discursos, ao buscar justificar o desempenho escolar exclusivamente pelo funcionamento cerebral, desconsideram fatores pedagógicos, sociais e culturais que atravessam o processo de aprender. Pessin (idem) propõe alternativas que valorizem a singularidade das crianças, defendendo práticas educativas mais inclusivas, dialógicas e sensíveis às diferenças. Sua análise reforça a necessidade de repensar as relações entre Psicologia e Educação, de modo a deslocar o foco da correção do indivíduo para a transformação das práticas escolares.

4.3 Patologização da Infância

Duarte (2020) investigou a forma biologizante com que a infância vem sendo representada no espaço escolar, evidenciando que a medicalização não atua apenas como diagnóstico clínico, mas como um modo de interpretar e organizar comportamentos que fogem das expectativas institucionais. Sua análise demonstra que a escola, ao recorrer a categorias biologizantes e discursos de normalidade, participa ativamente da produção de infâncias patologizadas, mobilizando explicações que reduzem diferenças a problemas individuais. O estudo revela ainda que professores(as), crianças e famílias não são meros receptores desse processo, mas agentes que o atualizam cotidianamente, seja por meio de discursos, práticas pedagógicas, encaminhamentos ou formas de compreender o desenvolvimento infantil.

Ao analisar documentos, entrevistas e práticas escolares, a autora evidencia que a medicalização funciona como mecanismo de controle e regulação dos corpos, operando como estratégia para administrar comportamentos considerados inadequados ou incompatíveis com a lógica escolar. Essa dinâmica, configura um campo de tensões no qual a escola delega ao saber médico a função de legitimar classificações e justificar intervenções, deslocando para o campo clínico aquilo que é produzido nas relações pedagógicas e sociais.

Além disso, a pesquisa destaca que o processo de patologização da infância é sustentado por racionalidades que atravessam toda a comunidade escolar: professores(as) que buscam respostas rápidas para dificuldades de sala de aula; famílias que, diante das pressões escolares, aderem à busca por diagnósticos; e crianças que passam a interpretar a si mesmas à luz de rótulos que regulam suas possibilidades de ser e agir. Duarte (idem) evidencia que tais interações compõem um circuito medicalizante que naturaliza a ideia de que comportamentos divergentes são sinais de transtornos, e não expressões legítimas da diversidade infantil.

4.4 Psicotrópicos na Infância

A análise do uso de psicotrópicos em crianças evidencia um fenômeno crescente no contexto escolar, marcado pela medicalização precoce de comportamentos e dificuldades de aprendizagem. Tavares (2019), ao conduzir uma revisão da literatura brasileira sobre o tema, identificou que os discursos médicos e sociais frequentemente justificam o uso desses medicamentos sem considerar de maneira adequada os riscos e efeitos adversos, contribuindo para uma medicalização farmacológica que pode impactar negativamente o desenvolvimento infantil.

Os dados levantados nesta pesquisa reforçam essa tendência, mostrando que a prescrição de psicofármacos em crianças ocorre de maneira expressiva, muitas vezes baseada em diagnósticos subjetivos ou em critérios escolares que patologizam diferenças comportamentais e cognitivas. Ao relacionar esses dados com os achados de Tavares (2019), percebe-se a necessidade de compreender os fatores sociais, institucionais e culturais que promovem a medicalização, sem reduzir o fenômeno a uma mera escolha individual ou clínica.

Do ponto de vista científico, a pesquisadora interpreta que o uso de psicotrópicos na infância deve ser analisado criticamente, considerando não apenas os efeitos farmacológicos, mas também os contextos educacionais e sociais em que essas crianças estão inseridas. Esse movimento reforça a necessidade de compreender a medicalização para além do diagnóstico e da intervenção clínica, reconhecendo-a como produção histórica e discursiva que se apoia em diferentes saberes e modos de governar a infância. Assim, ao finalizar esta etapa analítica, torna-se fundamental apresentar o Referencial Teórico do Estado do Conhecimento, que sistematiza as bases epistemológicas mobilizadas pelas pesquisas mapeadas.

5 REFERENCIAL TEÓRICO E ANÁLISE CRÍTICA

No campo da produção científica, é essencial que o(a) pesquisador compreenda criticamente as publicações já consolidadas sobre o tema investigado. A construção de um levantamento do referencial teórico, portanto, contribui de maneira significativa para a delimitação e organização da investigação, permitindo o reconhecimento das abordagens metodológicas adotadas por outros estudos e das linhas de pensamento que sustentam as análises.

Nesse sentido, o quadro 4 a seguir, busca apresentar os principais referenciais teóricos e os(as) autores(as) mais citados nas pesquisas analisadas, oferecendo um panorama das bases conceituais que fundamentam a discussão sobre a medicalização da infância no contexto escolar.

Quadro 04- Referencial teórico e os autores referenciados

Autor	Referencial	Principais Autores referenciados
Araújo (2022)	Psicologia histórico-cultural	Vygotsky (1995); Collares e Moysés (1994); Rocha (2017); Meira (2019); Patto (2015); Colombani (2017).
Arditti (2023)	Pós-estruturalismo	Foucault (2010), Bock (1999), Veiga-Neto (1995), Patto (1999); Collares E Moysés (2014);
Calado (2019)	Psicologia histórico-cultural	Moysés e Collares (2013); Foucault (1977); Santos (2017); Patto (2008); Oliveira (2014); Illich, (1975), Vigotsky (1995).
Duarte (2020)	Pós- crítica	Collares e Moysés (2014-2015), Foucault (2008), Caliman (2013) (2016), Caponi (2016), Souza (2014), Veiga-Neto (2019), Patto (1999), Illich, (1975).
Fuck (2022)	Psicologia histórico-cultural	Beltrame (2019), Araújo E Neto (2014), Collares e Moysés (2014), Patto (1987), Vygotski (1996).
Morais (2022)	Teoria Histórico-Cultural	Illich (1975); Foucault (1984), Conrad (1992), Collares e Moysés (1994), Caponi (2013), Cruz (2018), Franco (2019), Beltrame, (2019).
Pessin (2020)	Pós-crítica	Illich (1975), Conrad (1992), Moysés e Collares (2010), Guarido (2008), Foucault (2006), Patto (1984).
Tavares (2019)	Pós-crítica	Aguiar (2014), Foucault (2006), Illich (1975), Conrad (1992), Decotelli, Bohrer & Bicalho (2013).

Fonte: Dados da pesquisa da autora (2024).

As pesquisas analisadas evidenciam a diversidade de referenciais teóricos que fundamentam o estudo da medicalização e dos processos escolares, destacando-se sobretudo a Psicologia Histórico-Cultural, o Pós-Estruturalismo e a Teoria Pós-Crítica. Embora distintos em suas abordagens, esses referenciais convergem na crítica à patologização das dificuldades escolares e na defesa de práticas educativas inclusivas, dialógicas e contextualizadas.

No âmbito da Psicologia Histórico-Cultural, esse conjunto de pesquisas mobiliza o entendimento de que o desenvolvimento infantil é constituído nas relações sociais, na cultura e nas

condições históricas, contrapondo explicações biologizantes e individualizantes que sustentam práticas medicalizantes. Vygotski e seus interlocutores oferecem a base para compreender que as funções psicológicas superiores se desenvolvem por meio da mediação e da interação, o que significa que dificuldades escolares não podem ser atribuídas exclusivamente à criança. É nessa direção que Araújo (2022), Calado (2019), Fuck (2022) e Moraes (2022) situam suas análises. Araújo (2022) mostra que processos formativos coletivos permitem que docentes desenvolvam consciência crítica frente à medicalização, ressignificando práticas pedagógicas e reconhecendo as dificuldades de aprendizagem como fenômenos socialmente produzidos. Calado (2019) e Fuck (2022) reforçam a necessidade de políticas preventivas e de abordagens intersetoriais que rompam com intervenções individualizantes e valorizem práticas educativas acolhedoras, menos patologizantes e que reconheçam a criança como sujeito ativo. Moraes (2022), por sua vez, destaca a centralidade da escuta infantil e da articulação entre escola, família e diferentes profissionais como condição para problematizar os processos medicalizantes e garantir os direitos da infância.

Sob o referencial pós-estruturalista, as análises deslocam o foco para os discursos, saberes e relações de poder que atravessam a escola e produzem subjetividades. Inspirada em Foucault, Arditti (2023) examina como dispositivos de poder — especialmente os saberes psicológicos — operam na constituição de classificações, diagnósticos e práticas normativas que sustentam a medicalização. Nessa perspectiva, a medicalização não é vista apenas como uma prática clínica, mas como parte de um aparato biopolítico que regula comportamentos, define normalidades e conforma a infância às demandas da sociedade capitalista contemporânea. A autora mostra como esses discursos circulam na escola, naturalizando intervenções que transformam diferenças em desvios e produzem sujeitos ajustáveis, legíveis e controláveis.

Já a Teoria Pós-Crítica, ancorada nas reflexões de Illich e Conrad, compreende a medicalização como um fenômeno político que reforça desigualdades e mecanismos de controle social. Nesse marco teórico, a escola deixa de ser entendida como espaço neutro e passa a ser vista como campo de disputa, no qual discursos hegemônicos silenciam diferenças, individualizam problemas sociais e mascaram desigualdades estruturais. Duarte (2020), por exemplo, utiliza a produção de um documentário para fomentar o debate crítico sobre diversidade e fracasso escolar, estimulando o engajamento coletivo frente às práticas medicalizantes. Pessin (2020) e Tavares (2019) destacam a necessidade de perspectivas interdisciplinares e éticas para superar modelos reducionistas que orientam as intervenções na infância, enfatizando a urgência de práticas educativas que promovam direitos, escuta ativa e pluralidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise articulada das pesquisas que compõem este estado do conhecimento evidencia que a medicalização da infância não se configura como um fenômeno pontual ou episódico, mas como uma racionalidade estruturante que atravessa saberes, práticas e instituições no contexto educacional contemporâneo. As produções analisadas convergem ao demonstrar que a infância que chega à escola

é constantemente interpretada, classificada e administrada a partir de parâmetros normativos, nos quais o saber médico ocupa posição central na definição do que é considerado adequado ou desviante.

Um eixo recorrente diz respeito ao papel da formação docente na naturalização dessa lógica. As pesquisas indicam que professores(as) são formados(as) sob concepções que associam aprendizagem, comportamento e desenvolvimento a explicações biologizantes, o que favorece a leitura de diferenças e dificuldades escolares como indícios de risco ou transtorno. Nesse processo, a escola tende a incorporar o vocabulário clínico, a legitimar encaminhamentos diagnósticos e a assumir, ainda que de forma não explícita, a função de triagem das infâncias que escapam às expectativas normativas.

Outro aspecto central refere-se à hegemonia do saber médico como produtor de verdades sobre a infância. As investigações mostram que a medicina não apenas oferece respostas, mas organiza modos de ver, classificar e governar os corpos infantis, influenciando práticas escolares, decisões familiares e políticas institucionais. Essa racionalidade se materializa de forma contundente na ampliação do uso de psicotrópicos como estratégia de regulação dos comportamentos e da aprendizagem, reforçando processos de farmacologização da infância.

O estado do conhecimento também permitiu identificar lacunas significativas na produção científica. Destaca-se a escassa presença da voz das crianças, frequentemente tratadas como objetos das práticas medicalizantes, e não como sujeitos capazes de interpretar, tensionar ou ressignificar os rótulos que lhes são atribuídos. Soma-se a isso o pouco aprofundamento das relações entre medicalização, políticas de avaliação em larga escala e dispositivos de responsabilização docente, elementos centrais para compreender a intensificação desse fenômeno no contexto escolar contemporâneo. Observa-se, ainda, fragilidade na articulação entre referenciais teóricos críticos e as condições concretas de funcionamento das escolas públicas e das desigualdades sociais que atravessam as infâncias.

Dessa forma, as pesquisas analisadas apontam para a necessidade de investigações que avancem para além da denúncia da medicalização, aprofundando análises situadas, comprometidas com a escuta das crianças, com a compreensão das dinâmicas institucionais da escola e com a problematização das políticas educacionais que sustentam a produção de normalidades. Tais caminhos mostram-se fundamentais para a construção de práticas educativas que reconheçam a complexidade das infâncias e resistam à redução da experiência escolar à lógica do diagnóstico e da intervenção clínica.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <https://membros.analysispsicologia.com.br/wp-content/uploads/2024/06/DSM-V.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024.

- ARAÚJO, J. C. G. de. Medicalização da educação: formação colaborativa com professores do ensino fundamental. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Especial) – Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/51274>. Acesso em: 17 out. 2025.
- ARDITTI, R. G. Constituição do saber-poder da psicologia brasileira e a medicalização da infância em contexto escolar. 2023. 87 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFS-2_184cde504a60fa5a5306a94a86cff2d1. Acesso em: 15 out. 2025.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2004.
- CALADO, V. A. A. A medicalização na Educação e a formação inicial do pedagogo. Tese (Doutorado) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/28343?mode=full>. Acesso em: 15 out. 2025.
- CIRIBELLI, M. C. Como elaborar uma dissertação de Mestrado através da pesquisa científica. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.
- COLLARES, C. L.; MOYSÉS, M. A. A. A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico (A patologização da Educação). Série Ideias, São Paulo, n. 23, p. 25-31, 1996. Disponível em: <https://evoluirededucacional.com.br/wp-content/uploads/2012/08/A-Transforma%C3%A7%C3%A3o-do-Espa%C3%A7o-Pedag%C3%B3gico-em-Espa%C3%A7o-Cl%C3%ADnico-A1.pdf>. Acesso em: 15 maio 2025.
- DUARTE, B. Crianças que não aprendem na Escola: Problematizando Processos de Medicalização e Patologização das Infâncias. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2020. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFES_faec78a8e06e178b07b142ef632d3b32?print=1. Acesso em: 15 out. 2025.
- FARIA, S. E. F. Medicalização da infância: patologização e rotulação na alfabetização. Revista Eletrônica Saberes Múltiplos, Paraná, v. 7, n. 3, p. 142-157, 2018. Disponível em: <https://unignet.com.br/portal-de-revistas-e-publicacoes/revista-eletronica-saberes-multiplos/>. Acesso em: 8 mar. 2025.
- FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 1979. Disponível em: <https://pergamum.ufpel.edu.br/acervo/15391>. Acesso em: 9 fev. 2025.
- FUCK, L. B. Medicalização da educação: relação entre saberes e práticas medicalizantes no ensino básico das escolas públicas municipais de Florianópolis. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/247393>. Acesso em: 20 nov. 2025.
- ILLICH, I. A expropriação da saúde: nêmesis da Medicina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- MINAYO, M. C. de S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MORAIS, B. P. de. Medicalização da infância: estudo sobre as pesquisas dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Psicologia no Brasil (2010-2020). 2022. 169 f. Dissertação (Mestrado em

Educação), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2022. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/6321>. Acesso em: 15 nov. 2025.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. Educação por Escrito, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014.

PESSIN, L. A crítica à medicalização infantil: um recorte a partir de produções acadêmicas que privilegiam as narrativas infantis. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2020. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRRJ-1_23e5180cdebe0e433a5074c54717d001. Acesso em: 11 nov. 2025.

TAVARES, C. B. Os processos de medicalização da infância e o uso de psicotrópicos por crianças: uma revisão da literatura. 2019. 109 p. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPGPSI, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRRJ-1_83f6e03e364ce5ef3aa07f53289ad9e2. Acesso em: 15 nov. 2025.

Recebido em: 13 de janeiro de 2026.

Aprovado em: 31 de maio de 2026.

ⁱ Fernando Guimarães Oliveira da Silva. Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM/Sede). Professor do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Educação (PGEDU) e do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS - Unidade de Paranaíba/MS). Professor colaborador do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS, Campus de Três Lagoas/MS). Chefia o setor de Equidade de gênero e Diversidade Sexual junto à Diretoria de Ações Afirmativas da Pró-reitoria de Ações Afirmativas, Equidade e Permanência Estudantil (DAFE/PROAFE/UEMS). Lidera o Núcleo de estudos e pesquisas em educaç(ões) antirracistas, diversidades e direitos humanos (NEPEADDH). Paranaíba, Mato Grosso do Sul, Brasil.

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6660344520399076>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5428-2870>

E-mail: fernando.oliveira@uems.br

ⁱⁱ Jéssica Fontoura Junqueira. Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Paulista São José (2017). Especialista em Gestão Educacional, Psicopedagogia Institucional e Clínica, Docência do Ensino Superior e Técnico, e em Alfabetização e Letramento. É mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas (PPGE/UFMS/CPTL), e integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Antirracista, em Direitos Humanos e em Diversidades (NEPEA). Docente efetiva da Rede Municipal de Ensino de Três Lagoas/MS. Três Lagoas/MS, Mato Grosso do Sul, Brasil.

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1566067849661388>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-9905-7088>

E-mail: jessica.junqueira@ufms.br